



## Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

### PARECER JURÍDICO

#### PROJETO DE LEI EXECUTIVO Nº 027/2022

**Autoria: PODER EXECUTIVO**

**EMENTA:** “Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover Repasse Financeiro à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e dá outras providências”.

DIREITO CONSTITUCIONAL E FINANCEIRO. REPASSE FINANCEIRO. RECURSO FEDERAL. INICIATIVA DO PODER EXECUTIVO. APRECIACÃO DA CÂMARA MUNICIPAL.

I – Projeto Poder Executivo.

II – Competência Municipal.

### I - RELATÓRIO

Veio a este Departamento Jurídico, para apreciação.

Trata-se o presente parecer acerca de análise de Projeto de Lei do Poder Executivo nº 017/2022 que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover Repasse Financeiro à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e dá outras providências”. Instruem o pedido, no que interessa: (i) Mensagem; (ii) Minuta do Projeto de Lei nº 027/2022.

O Parecer Jurídico foi solicitado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e o presente Projeto de Lei do Executivo objetiva promover repasse financeiro para a Associação de Pais e Amigos Excepcionais – APAE do Município de Muniz Freire/ES, sendo verba federal no valor de R\$33.749,00 (trinta e três mil e setecentos e quarenta e nove reais), recebida no dia 20 de junho de 2022.

É o breve relatório, segue Parecer opinativo.

Página 1 de 3

Rua João Ivo Aguilar, nº 202 - Centro - Muniz Freire/ES CEP: 29.380-000.

Telefone(s): (28) 3544-1337 / 3544-1611 / 3544-1324



Autenticar documento em <http://www3.camaramunizfreire.es.gov.br/legislacao/autenticidade> com o identificador 3900360032003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.



## **Câmara Municipal de Muniz Freire**

Estado do Espírito Santo

### **II – FUNDAMENTAÇÃO E PARECER**

Prefacialmente, importante destacar que o exame da Procuradoria Jurídica cinge-se somente à matéria jurídica envolvida, nos termos de sua competência legal, tendo por base os documentos juntados, razão pela qual não se incursiona em discussões de ordem técnica, bem como em questões que envolvam juízo de mérito sobre o tema trazido à apreciação, cuja análise é de exclusiva responsabilidade dos setores competentes e da decisão do Plenário.

O Projeto de Lei em comento visa autorizar o Município a promover repasse financeiro para a Associação de Pais e Amigos Excepcionais – APAE do Município de Muniz Freire/ES, sendo verba federal no valor de R\$33.749,00 (trinta e três mil e setecentos e quarenta e nove reais), recebida no dia 20 de junho de 2022, conforme documentos anexos.

Analisando a legalidade e viabilidade do Projeto de Lei, verifica-se que o mesmo encontra respaldo regimental, estando de acordo com seus dispositivos, sendo de competência privativa do Poder Executivo tratar sobre a matéria.

Feitas as considerações e apontamentos preliminares, imprescindíveis ao parecer jurídico, essa Procuradoria Jurídica OPINA favoravelmente ante a constatação da legalidade do Projeto.

O Projeto de Lei prevê ainda, em seu Art. 2º e Parágrafo Único que a entidade beneficiada deverá prestar contas dos gastos relacionados aos valores recebidos, até o encerramento do montante final.

Por fim, nos termos do artigo 274, XXVII do Regimento Interno da Câmara Municipal, a aprovação do referido Projeto de Lei dependerá de voto favorável de 2/3 dos membros da Câmara.





## Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

Ressalta-se que o presente parecer jurídico é meramente opinativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não.

### III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, s.m.j, não se vislumbra óbice ao pretendido. O presente Projeto de Lei atende aos pressupostos constitucionais e legais, ressalvado o juízo de mérito da Administração, bem como os aspectos técnicos envolvidos, que escapam à análise dessa Assessoria Jurídica, e pelos fundamentos apresentados, conclui-se e exara-se **parecer favorável** ao regular processo de tramitação do Projeto de Lei 027/2022, submetendo-o para análise das Comissões Temáticas desta Casa, e posteriormente, à deliberação Plenária. É o PARECER, que ora submeto, à apreciação da digna Comissão de Constituição, Justiça e Redação desta Casa.

Muniz Freire/ES, 08 de setembro de 2022.

**NELIANE NOGUEIRA DA SILVA TRISTÃO**  
**OAB/ES 15.888**  
**PROCURADORA JURÍDICA**

